

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 1.223.974 - SP (2017/0327608-4)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : CONDOMINIO EDIFICIO CIDADE DE MADRID
ADVOGADO : ANDRE RENATO SERVIDONI E OUTRO(S) - SP133572
EMBARGADO : HB10 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LIMITADA
ADVOGADOS : MURILO CINTRA RIVALTA DE BARROS E OUTRO(S) -
SP208267
JACQUELINE DA SILVA DELLA VILLA - SP205292

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Divergência interpostos contra acórdão da Terceira Turma assim ementado:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONDÔMINOS. REPRESENTAÇÃO. ILEGITIMIDADE DO CONDOMÍNIO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o condomínio não detém legitimidade para representar os condôminos em ação de indenização por danos extrapatrimoniais.
3. Agravo interno não provido.

Sustenta que há divergência com acórdão da Quarta Turma, proferido no AgRg no AREsp 483.734/RS, e também com o aresto da Segunda Turma, prolatado no julgamento do AgRg no AREsp 189.780/SP.

Passo a analisar apenas a divergência suscitada entre o acórdão embargado e o aresto da Segunda Turma que tem a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. APURAÇÃO UNILATERAL DE FRAUDE NO MEDIDOR.

ILEGALIDADE. CONDOMÍNIO. EQUIPARAÇÃO À PESSOA JURÍDICA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE PROVA DE OFENSA À HONRA OBJETIVA. PRECEDENTES DO STJ.

SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

- I. É ilegítima a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de consumo de energia,

apurada unilateralmente pela concessionária. Precedentes do STJ.

II. Embora o condomínio não possua personalidade jurídica, deve-lhe ser assegurado o tratamento conferido à pessoa jurídica, no que diz respeito à possibilidade de condenação em danos morais, sendo-lhe aplicável a Súmula 227 desta Corte, in verbis: "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral".

III. O acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral - no caso, o Condomínio -, desde que demonstrada ofensa à sua honra objetiva.

IV. O Tribunal a quo concluiu, em face das premissas fáticas firmadas pelo acórdão de origem, que não houve ofensa à honra objetiva do agravante, ou seja, à sua imagem, conceito e boa fama, de modo que a revisão de tal entendimento demandaria, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, a teor do enunciado sumular 7/STJ.

V. Consoante a jurisprudência do STJ, "o mero corte no fornecimento de energia elétrica não é, a princípio, motivo para condenação da empresa concessionária em danos morais, exigindo-se, para tanto, demonstração do comprometimento da reputação da empresa. No caso, a partir das premissas firmadas na origem, não há fato ou prova que demonstre ter a empresa autora sofrido qualquer dano em sua honra objetiva, vale dizer, na sua imagem, conceito e boa fama. O acórdão recorrido firmou a indenização por danos morais com base, exclusivamente, no fato de que houve interrupção no fornecimento do serviço prestado devido à suposta fraude no medidor, que não veio a se confirmar em juízo. Com base nesse arcabouço probatório, não é possível condenar a concessionária em danos morais, sob pena de presumi-lo a cada corte injustificado de energia elétrica, com ilegítima inversão do ônus probatório" (STJ, REsp 1.298.689/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/04/2013).

VI. Agravo Regimental desprovido.

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento, com base no art 1.043, § 4º do Código de Processo Civil de 2015 e no art. 266, § 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, de que o recorrente, para comprovar a existência de dissídio em Embargos de Divergência, deve: a) juntar as certidões; b) apresentar cópias do inteiro teor dos acórdãos apontados como paradigmas; c) citar o repositório oficial autorizado ou credenciado no qual eles se achem publicados, inclusive em mídia eletrônica; e (d) reproduzir julgado disponível na rede mundial de computadores com a indicação da respectiva fonte.

O embargante, no momento da interposição do recurso, limitou-se a transcrever as ementas dos acórdãos paradigmas, deixando de cumprir os requisitos exigidos para o conhecimento do recurso, o que constitui vício

substancial insanável. Ademais, a “mera menção ao Diário da Justiça em que teriam sido publicados os acórdãos paradigmas trazidos à colação, sem a indicação da respectiva fonte, quando os julgados encontram-se disponíveis na rede mundial de computadores ou Internet, não supre a exigência da citação do repositório oficial ou autorizado de jurisprudência, uma vez que se trata de órgão de divulgação em que é publicada somente a ementa do acórdão (AgInt nos EAg 1315565/BA, Relatora Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe de 17/4/2018)

Além disso, o ora recorrente não realizou o cotejo analítico dos acórdãos confrontados, apontando as circunstâncias identificadoras da divergência, o que também impede o conhecimento do recurso.

Com efeito, o embargante limitou-se a defender que ocorreu dano moral no caso decidido pelo acórdão embargado e que o condomínio deveria ser considerado parte legítima para postulá-lo, ao afirmar (fls. 629-634, e-STJ):

Além disso, o condomínio tem total legitimidade para pleitear a reparação de seus danos, como já decidiu este E. Tribunal.

(...)

Com efeito, é patente a existência do dano moral, que é corroborada pelos seguintes argumentos:

Em primeiro lugar, os danos foram provocados em áreas comuns do prédio, o que legitima os danos morais em nome do condomínio, na medida em que estas áreas pertencem a todos os moradores e não apenas a um indivíduo.

Ora, sendo área comum, logicamente que cabe ao condomínio a sua defesa, na pessoa do síndico regularmente investido, como aconteceu no presente caso.

Em segundo lugar, a legislação em vigor dá guarida a pretensão do autor, isto porque o autor é uma pessoa jurídica de direito privado, devidamente regulamentado, representado em juízo pelo seu síndico (artigo 12, inciso IX do CPC), com poderes para representar e pleitear os interesses comuns (artigo 1.348, inciso II do Código Civil).

Neste sentido, é a posição da jurisprudência:

(...)

Ainda, atualmente a jurisprudência já pacificou o entendimento de que é possível a condenação em danos morais para pessoas jurídicas, como acontece no caso em vértice.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 227, com o seguinte teor:

“A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.”

Assim, é plenamente possível a condenação da requerida em danos morais, pleiteados pelo condomínio, consequentemente, a r. decisão proferida pelo E. Ministro Ricardo Villas Boas Cueva é divergente de julgados e da própria Súmula n. 227 do STJ.

Portanto, com o objetivo de uniformizar o entendimento deste

E. Tribunal na matéria posta em causa e, ao mesmo tempo, corrigir a situação delineada no recurso, requer o recebimento e acolhimento deste embargos de divergência.

Portanto, não há como conhecer do Recurso.

Nessa linha:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PRESSUPOSTOS RECURSAIS. AUSÊNCIA. PARADIGMAS. ACÓRDÃOS EM MANDADO DE SEGURANÇA E HABEAS CORPUS. INADMISSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA. SIMILITUDE FÁTICA. CÓPIA. ACÓRDÃOS. PARADIGMAS. RECURSO DESPROVIDO.

1. No caso em exame, o juízo de admissibilidade realizado na decisão agravada limitou-se aos paradigmas indicados nos itens 7, 8, 9 e 10 dos embargos de divergência, os quais correspondem à sexta, sétima, oitava e nona divergência, respectivamente, tendo em vista a competência afeta à Corte Especial.

2. Na esteira da jurisprudência desta Casa, não servem como paradigmas, para efeito de configuração de dissídio jurisprudencial, acórdãos provenientes de mandado de segurança ou de habeas corpus, independentemente se houve debate acerca de matéria cível, porquanto são ações com cognição limitada. 3. No caso em exame, infere-se da fundamentação deduzida no acórdão embargado que não houve análise das seguintes teses: (1) Admissibilidade dos recursos como matéria de ordem pública examinável de ofício; (2) Descabimento de recurso adesivo, por falta de sucumbência e; (3) Supressão de instância. 4.

Não prequestionada no aresto impugnado as teses acima referidas e defendidas nos embargos de divergência, impossível o reexame da controvérsia nesta via recursal, por falta de identidade jurídica entre os acórdãos confrontados, restando, pois, desatendidos os requisitos do § 4º do art. 1.043 do CPC/2015 e do § 4º do art. 266 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

5. No que tange às teses consistentes na ocorrência de equívoco de interpretação quanto ao conceito de erro material (item 4) e inexistência de erro material, mas sim necessidade de definição de critérios para liquidação de sentença (item 5), a decisão agravada foi clara quanto a ausência de similitude fática entre o acórdão embargado e os paradigmas apontados para a hipótese, restando, portanto, desatendido este requisito imprescindível para a configuração do dissenso pretoriano. 6. Para a configuração do dissídio jurisprudencial é imprescindível a demonstração tanto da similitude fática quanto da identidade jurídica entre o acórdão embargado e os paradigmas apontados, conforme a pacífica orientação desta Corte Superior, a partir da

interpretação do § 4º do art.

1.043 do CPC/2015 e do § 4º do art. 266 do Regimento Interno.

7. Destaca-se que os contextos fáticos dos arestos confrontados não precisam ser necessariamente iguais, mas devem possuir um mínimo de semelhança ao decidirem a mesma questão federal, a fim de possibilitar o juízo de legalidade a ser exercido nos embargos de divergência, cujo objetivo é uniformizar a jurisprudência entre os órgãos julgadores deste Sodalício.

8. In casu, a parte embargante limitou-se, na petição dos embargos de divergência, a transcrever a ementa dos julgados, sequer adotando alguma das providências imprescindíveis para a efetiva comprovação do alegado dissenso.

9. Segundo a jurisprudência desta Corte Especial - interpretando o § 4º do art. 1.043 do CPC/2015 e no art. 266, § 4º, do Regimento Interno desta Corte Superior - é pressuposto indispensável para a comprovação ou configuração da alegada divergência jurisprudencial a adoção pela parte recorrente, na petição dos embargos de divergência, de uma das seguintes providências, quanto aos paradigmas indicados: (a) a juntada de certidões; (b) apresentação de cópias do inteiro teor dos acórdãos apontados; (c) a citação do repositório oficial, autorizado ou credenciado nos quais eles se achem publicados, inclusive em mídia eletrônica; e (d) a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, com a indicação da respectiva fonte na Internet.

10. A mera transcrição de ementas e a indicação da publicação dos acórdãos paradigmas não supre as exigências legais e regimentais, até porque o Diário de Justiça, em sua forma eletrônica ou física, não é repositório oficial de jurisprudência, com previsão no §3º do art. 255 do RISTJ, consubstanciando somente órgão de divulgação, na forma do art. 128, I do referido instrumento normativo.

11. Em se considerando que os embargos de divergência tem por escopo único o de uniformizar a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o argumento deduzido pelo agravante acerca da existência de questões de ordem pública não é apto a demonstrar a presença dos pressupostos necessários ao conhecimento do recurso, vinculado que é à presença de teses divergentes entre órgãos fracionários. 12.

Finalmente, nada há a prover com relação à primeira, segunda, terceira, quarta e quinta divergências, pois o juízo de admissibilidade realizado na decisão agravada limitou-se às divergências indicadas pelo embargante como sexta, sétima, oitava e nona.

13. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl nos EAREsp 1121421/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, julgado em 27/08/2019, DJe 02/09/2019)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. COTEJO

ANALÍTICO. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. INDEFERIMENTO LIMINAR. MANUTENÇÃO.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).
 2. A admissão dos embargos de divergência impõe o confronto analítico entre o acórdão paradigma e a decisão hostilizada, a fim de evidenciar a similitude fática e jurídica posta em debate, nos termos do art. 266, § 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.
 3. Caso em que o embargante não cumpriu o ônus de realizar o cotejo analítico entre os arestos confrontados, a fim de demonstrar o dissenso interpretativo, limitando-se à transcrição da ementa do julgado paradigma.
 4. Agravo interno desprovido.
- (AgInt nos EREsp 1646555/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/09/2019, DJe 25/10/2019)

Ademais, ainda que tivessem sido observados os requisitos para o conhecimento dos Embargos de Divergência, não há similitude fático-jurídica.

O acórdão embargado decidiu que o condomínio não tem legitimidade ativa para representar seus condôminos em ação de indenização por danos morais. O voto registrou (fl. 618):

Inicialmente, verifica-se que a questão da ilegitimidade ativa do condomínio para representar os condôminos em ação de indenização por danos morais foi examinada pelo acórdão recorrido nos seguintes termos:

"(...) Cumpre observar que existe controvérsia quanto à possibilidade de o condomínio pleitear indenização por danos morais, haja vista ser desprovido de personalidade jurídica.

Somente em raras exceções em favor do condomínio é admitido tal pleito, como é o caso, pois configurada a violação ao nome e à imagem do condomínio" (fl. 371 e-STJ).

Além disso, a divergência jurisprudencial foi corretamente demonstrada e a matéria discutida é de direito: **saber se o condomínio tem legitimidade para representar seus condôminos em ação de indenização por danos extrapatrimoniais.**

(...)

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se consolidou no sentido de que o condomínio é parte ativa ilegítima para

representar os condôminos em ação de indenização por danos extrapatrimoniais.

O acórdão paradigmático, a seu turno, analisou questão diversa: legitimidade passiva do condomínio para sofrer dano moral. O aresto paradigma não discute a legitimidade passiva do condomínio para representar os condôminos pelo dano moral por eles sofrido. Com efeito, o citado julgado anotou:

Embora o Condomínio não possua personalidade jurídica, deve-lhe ser assegurado o tratamento conferido à pessoa jurídica, no que diz respeito a possibilidade de condenação em danos morais, sendo-lhe aplicável a Súmula 227 desta Corte, in verbis: "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral".

Assim sendo, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral – no caso o condomínio –, desde que haja ofensa à sua honra objetiva, quando a pessoa jurídica tem seu conceito social abalado pelo ato ilícito

Não há, portanto, similitude fática entre os acórdãos embargado e paradigma.

Por tudo isso, **indefiro, os Embargos de Divergência, devendo os autos, após o trânsito em julgado desta decisão, serem remetidos à Segunda Seção para solucionar o conflito entre suas Turmas.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de abril de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator